

Soberania Alimentar **Conceito, Problemática e Contextualização Actual**

A política agrícola dos Estados Unidos (Farm-Bill) e a política agrícola da União Europeia (PAC) são baseadas em preços que não reflectem os custos de produção e subsídios à exportação, juntamente à pseudo ajuda alimentar que não é assim tão desinteressada, porque ajudou a criar hábitos alimentares do tipo ocidental e consequentemente gerou dependências e desequilíbrios agroalimentares, que tornaram muitos países vulneráveis, particularmente os que não têm meios orçamentais para ajudar a sua agricultura e que trabalham a terra com meios rudimentares.

O desaparecimento de milhares de camponeses ou agricultores tanto no hemisfério Norte como no hemisfério Sul são o resultado directo dessas políticas. O abate das barreiras alfandegárias é a condição que as multinacionais impõem através de governos ao seu serviço para o avanço do chamado "livre comércio". A integração da agricultura em 1994 na Organização Mundial do Comércio, pilar do neoliberalismo veio criar o cenário para a invasão em grande escala e a longa distância de produtos agrícolas na mais completa distorção da concorrência e utilizando até mão de obra escrava.

Sem taxas aduaneiras para proteger os mercados internos, a agricultura, assim como as economias locais ficam arrasadas. Desaparece na U.E. um agricultor em cada minuto que passa e no resto do mundo desaparecem 80 milhões de camponeses em cada ano. Torna-se assim urgente parar este êxodo rural catastrófico.

A agricultura não é comércio nem indústria. Os produtos agrícolas são, antes de mais, alimentos para a humanidade e não podem ser considerados uma mercadoria como outra qualquer.

Daí que são necessárias regras de comércio internacional transparentes e equilibradas e não a fraude que existe actualmente. A OMC não tem legitimidade para tratar as questões da agricultura, que é um sector específico.

A alimentação é um direito básico de todo o ser humano e por isso não pode ser deixada nas mãos de multinacionais que ditam as suas regras e dominam através da arma alimentar.

Perante este quadro é necessário ter consciência da gravidade da situação e lutar, mobilizar, esclarecer e exigir dos governos a devolução aos povos do direito à Soberania Alimentar, que consiste no direito de cada povo ou país a produzir os seus alimentos e a organizar a sua produção conforme os seus hábitos e tradições; ao direito a produzir e utilizar as suas sementes e a proteger-se de importações abusivas através de taxas aduaneiras que defendam o seu mercado interno.

Soberania Alimentar uma questão de legítima defesa.
Agricultura fora da O.M.C.